

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Maria Beatriz Martiniano Fontes

**Produção do espaço e produção da população em situação de rua na
metrópole de São Paulo**

São Paulo

2024

Maria Beatriz Martiniano Fontes

**Produção do espaço e produção da população em situação de rua na
metrópole de São Paulo**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São
Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Isabel Alvarez

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Professora Isabel, pela paciência, carinho e dedicação comigo, pelos ensinamentos e orientação geográfica que tornaram possível o exercício de reflexão e produção sobre um tema tão complexo.

Agradeço aos amigos que a Geografia me deu, parceiros de estudos, projetos e trabalhos de campo, que durante esses anos me ouviram repetir dezenas de vezes a importância dessa pesquisa para mim.

Agradeço às minhas amigas de vida: Carol, Marina e Malu, por estarem presentes em todos os momentos que preciso e me incentivarem a dar o melhor de mim.

Agradeço aos membros da minha família, em especial meu pai Jair, por me encorajar sempre, minha madrinha Zanza, minha aliança mais forte nesse mundo, minha madrinha Vânia, que sempre se fez presente mesmo estando longe, meu primo Cleber, por me entender tão bem, meu padrinho Leandro e todos meus tios, tias e primos.

Por fim, meu núcleo familiar mais precioso: Ygor, a alegria da minha vida, Ivone, a quem nada disso seria possível, obrigado por todo carinho, apoio e dedicação comigo, a finalização dessa graduação é tão minha quanto sua, e a minha mãe Ione, a quem amo incondicionalmente e realizo tudo nesta vida para ver feliz.

Dedico este trabalho aos que se foram: minha Vó Linda, participante ativa da minha criação e inspiração do meu viver, meu Vô Elias, com quem aprendi todas as capitais do Brasil no início da minha jornada geográfica, razão da minha saudade eterna e minha Tia Ivete, quem mais vibrou com minha entrada na Universidade de São Paulo e aprendi o que é amor.

Resumo

FONTES, M. B. M. Produção do espaço e produção da população em situação de rua na metrópole de São Paulo. 2024. Trabalho de Graduação Individual - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Este trabalho apresenta estudos sobre como as determinações do funcionamento do modo de produção capitalista num país periférico, como o Brasil, produzem uma população em situação de rua, sem acesso a direitos constitucionais. Baseando-se na política estatal de produção do espaço, partimos da hipótese de que a reprodução do espaço urbano também apresenta-se como uma dimensão chave para compreender o aumento da população de rua, que se realiza na impossibilidade de acesso à moradia, produzida como mercadoria. No contexto pós-pandemia, de ações neoliberais de poder necropolítico, o drama social foi escancarado e a realidade da classe mais pobre piorada, resultando num aumento expressivo do número de pessoas em situação de rua em São Paulo, privadas do acesso ao trabalho formal, do uso das infraestruturas urbanas e da habitação, como lugar de reprodução da vida. Optamos por contextualizar as práticas do Estado neoliberal em curso, assim como descrever a produção do espaço urbano em São Paulo e as contradições da propriedade privada do solo urbano e da questão da moradia. Por fim, conceituamos a necrodemografia e analisamos os dados do Censo de População em situação de rua 2021 de São Paulo.

Palavras-chave: população em situação de rua, produção do espaço, metrópole

Abstract

FONTES, M. B. M. **Production of space and production of a homelessness population in the metropolis of São Paulo.** 2024. Individual Graduation Work - Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Science of University of São Paulo, São Paulo, 2024.

This work presents studies on how the determinations of the functioning of the capitalist mode of production in a peripheral country, such as Brazil, produce a homeless population, without access to constitutional rights. Based on the policy of space production, we start from the hypothesis that the reproduction of urban space also presents itself as a key dimension to understand the increase in the homeless population, which takes place in the impossibility of access to housing, produced as commodities. In the post-pandemic context, of neoliberal actions and necropolitical power, the social drama was aggravated and the reality of the poorest class worsened. The result was a significant increase in the number of people experiencing homelessness in São Paulo, destitute of access to formal work, the use of urban infrastructures and housing, as a place for the reproduction of life. We chose to contextualize the ongoing practices of the neoliberal State, as well as describe the production of urban space in São Paulo and the contradictions of private ownership of urban land and the issue of housing. Finally, we conceptualize necrodemography and analyze data from the 2021 São Paulo Homeless Population Census.

Keywords: people experiencing homelessness, space production, metropolis

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Gráfico de Evolução da População em Situação de Rua
- Figura 2. Gráfico da divisão entre a População na rua e a População em Acolhimento
- Figura 3. Mapa de calor de concentração da População em situação de rua por Subprefeitura
- Figura 4. Esquema do Trajeto percorrido no campo da região central de São Paulo
- Figura 5. Praça da Sé a partir da escadaria da Catedral da Sé
- Figura 6. Caminhada até a Casa dos Pobres para entrega do Café da Manhã para a população
- Figura 7. Entrega do Café da Manhã dos pobres na Mooca
- Figura 8. Entrega do Café da Manhã dos pobres na Mooca (2)

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Zap Imóveis
FipeZAP	Índice Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexuais, assexuais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
SNH	Sistema Financeiro de Habitação

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 - A produção do espaço no processo capitalista	10
1.1 Fundamentos do processo capitalista e o neoliberalismo	10
1.2 São Paulo: produção e valorização do espaço urbano	16
1.3 A impossibilidade da moradia em São Paulo	22
Capítulo 2 - A População em situação de rua e a necropolítica	25
2.1 Necropolítica e o Estado	25
2.2 População em Situação de rua em São Paulo e a necrodemografia	28
Considerações Finais	40
Referências Bibliográficas	42

Introdução

O espaço é produto das relações sociais, sendo este uma construção mental e um meio de produção, logo, um meio de controle, de dominação e de poder (Lefebvre, 1991, p.26). Disputas políticas, econômicas e de classe reproduzem o espaço e também são configuradas a partir dele. Hoje, a acumulação do capital se realiza através da reprodução do espaço urbano, voltado para a realização do capital financeiro no setor imobiliário, e na apropriação diferenciada pelos cidadãos do espaço material socialmente produzido. Em São Paulo, tal realidade pode ser observada pela organização política do espaço, que revela contradições do capital e as novas condições da vida precarizada (Carlos, 2015, p. 25).

No processo histórico capitalista, o espaço tornou-se mercadoria com valor de troca, entrando para o circuito da troca geral. No contexto atual de crise do capitalismo, o espaço urbano é o lócus privilegiado na absorção do capital excedente (Harvey, 2009), enquanto o Estado, em sua fase mais neoliberal, aparece como “guardião dos movimentos do capital” (Oliveira, 2018, p.75 apud Carlos, 2022, p.18), garantindo a cidade como plano de negócios à financeirização.

Este Estado, que prioriza a lógica do mercado e da empresa, promove a eliminação de direitos políticos, econômicos e sociais em virtude dos interesses privados, em que o bem-estar social não é o principal interesse. No período da pandemia, de aprofundamento da crise social, política e econômica, manifestou-se um Estado que agrupa também uma necrodemografia, um saber-poder próprio da necropolítica, de sacrifício necessário de vidas (trabalhadores pobres, negros) para a salvação do capital (Volochko, 2022, p.109-113).

Tais ações de descarte humano aparecem como violações diretas às vidas da classe trabalhadora, mas também revelam-se pela precarização ao máximo da qualidade de vida e o não acesso a serviços básicos e direitos constitucionais.

O acesso à moradia, responsabilidade do Estado, figura-se atualmente como uma mercadoria, realizada pela produção de habitações, especulação imobiliária e lucro a partir de investimentos milionários. Para parte da população, a moradia é uma mercadoria impossível de se realizar pelas condições econômicas e políticas. A população em situação de rua, privada do acesso à moradia e muitos outros, enfrenta a crise, intensificada pela pandemia, sem grandes respaldos desse Estado neoliberal, num contexto de descaso (de deixar e fazer morrer como condição necessária à continuidade da reprodução do capital).

Em virtude disso, o objetivo da presente pesquisa é investigar e analisar se há relação entre a produção do espaço urbano e o aumento da população de rua no município de São Paulo, aprofundado pela pandemia de Covid-19, partindo da hipótese de que o crescimento

da população em situação de rua configura-se também como um resultado do poder da necropolítica. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas fontes primárias (entrevistas) e secundárias (análise bibliográfica e documental). Um levantamento bibliográfico sobre as políticas neoliberais, a necropolítica e necrodemografia do Estado, a produção imobiliária na cidade de São Paulo e a questão da moradia foi realizado, assim como uma análise sobre o atual quadro da população em situação de rua de São Paulo, a partir da mobilização de dados estatísticos dos Censos de População de Rua e dois trabalhos de campo, nos distritos da Sé e da Mooca, áreas em que houve o maior crescimento em número absolutos de pessoas em situação de rua.

Capítulo 1 - A produção do espaço no processo capitalista

1.1 Fundamentos do processo capitalista e o neoliberalismo

O modo de produção capitalista como sistema econômico e social é complexo, contraditório e desigual. Baseado na propriedade privada, trabalho assalariado, acumulação de capital e mais-valia, a reprodução do capital é fundamentada na produção e incorporação de valor no processo capitalista a partir da mercantilização de todos os bens e serviços da realização humana.

A partir de Marx, entendemos que a valorização do capital e a busca constante por lucro estão no cerne do modo capitalista. Todas as mercadorias possuem valor de uso e valor de troca, a primeira é determinada pelas propriedades do produto, isto é, por sua utilidade, já a segunda equivale a quantidade de trabalho necessário para produzi-la. No mercado, as mercadorias são vendidas e trocadas entre si, numa aparente troca entre iguais (mesmo tempo social de trabalho), facilitada pela forma equivalente: o dinheiro (representante do valor das mercadorias).

Alienado dos meios de produção que são propriedade privada dos capitalistas, o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Como valor de uso, a força de trabalho é a única capaz de produzir mais mercadorias e agregar valor novo a elas, seu valor de troca é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzir seus meios de subsistência (alimentos, roupas, moradia...). Quando empregada, a força de trabalho gera um valor novo, a mais-valia, um sobrevalor oriundo do trabalho excedente, trabalho não-pago, que fica para o capitalista.

O processo de produção, esquematizado por Marx na fórmula D - M - D', se realiza pelo investimento de capital prévio na compra de capital produtivo (meios de produção e força de trabalho) para a produção de mercadorias, que são levadas ao mercado onde a mais-valia é realizada quando o produto é consumido, representando a valorização do capital. Dessa maneira, o ciclo da realização da mercadoria é descrito por quatro etapas: a produção, a distribuição, a circulação e o consumo.

Ao decorrer da história, ocorreram fases no desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que suas categorias e diferentes características tomaram formas variadas e mais acentuadas. Desde as formações econômicas pré-capitalistas até a fase atual do capitalismo monopolista, as condições da natureza, do espaço, da sociedade, da política e da economia foram transformadas em favor do lucro, acúmulo e contínua circulação de capital.

Para o desenvolvimento do sistema, a mercantilização do espaço e, especialmente, das cidades, sempre foi necessária para garantir a reprodução do capital, assim, o espaço figura-se

como uma condição geral de produção (no espaço estão os elementos essenciais à produção e na cidade está concentrada as infraestruturas e mão de obra). Ao longo do séc. XX, a cidade, produzida como lugar de uso, convívio, habitação e relações sociais, têm deslocada sua lógica para também a do mercado. O Estado de bem-estar social, presente nos países centrais, era responsável pela proteção social e oficialização de garantias à classe trabalhadora: construía infraestruturas necessárias nas cidades, assegurava os direitos trabalhistas, financiava habitações em larga escala, promovendo a produção de espaço como valor de uso além do valor de troca. Porém, com as transformações fundamentais na escala produtiva e na sociedade, a cidade tornou-se produto, pensada e gerida como mercadoria e o Estado cooptado para intervenções a favor, apenas, da lógica capitalista.

Nas últimas décadas, o espaço urbano ganhou ainda mais protagonismo para auxiliar na superação das crises cíclicas inatas ao capitalismo, recebendo investimentos dos mais variados setores por permitir aplicação, fluxo e retorno de capital. Neste contexto, o capitalismo tomou o espaço como realização para um novo ciclo de acumulação, explorando-o primeiro como recurso, depois como força produtiva e por último como mercadoria reproduzível (CARLOS, 2015, p. 25-26).

Desde meados do séc. XX, a ideologia neoliberal tem se fortalecido no globo, “sempre no sentido de diminuição e esvaziamento do caráter público do Estado e na subtração dos direitos trabalhistas e sociais” (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 40). O neoliberalismo, de acordo com Prieto e Laczkynski (2022), ancorados em Harvey (2008), “é um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas [e] se reproduz como uma teoria político-econômica poderosa e como doutrina militante” (PRIETO e LACZYNSKI, 2022, p. 5). Segundo Saad Filho, sob o véu ideológico da não-intervenção, no neoliberalismo, a classe hegemônica impõe que cada Estado nacional tem que dirigir, apoiar e gerenciar a internacionalização da produção e das finanças em seu território. Para ele, atualmente

“A forma de reprodução social que se segue é tipicamente neoliberal – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante. Ele engloba as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora.” (SAAD, 2015. p. 10)

O ideal de potencial ilimitado do capital e as recorrentes desestabilizações do sistema fomentam as propensões do neoliberalismo em gerar crises macroeconômicas que prejudicam desproporcionalmente a classe trabalhadora e os pobres. Além disso, as reformas neoliberais que abrangem a “flexibilização” e a intensificação do trabalho, a limitação do crescimento

dos salários, a reversão das negociações coletivas e as mudanças no regime de seguridade social, provocam consequências cada vez mais severas para os trabalhadores e minorias (mulheres, negros, imigrantes...) (SAAD, 2015. p. 7).

No Brasil, a partir da década de 1990, o neoliberalismo conseguiu ampla penetração nas esferas econômicas, políticas e sociais da realidade nacional (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 41). Nos mandatos dos presidentes Sarney (1985-1990), Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992- 1995), políticas de cunho neoliberal (privatizações, liberalização da economia) receberam destaque na arena política, ainda que de maneira gradual. Porém, foi na eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que um novo processo na economia e no Estado foi iniciado. Em consonância com as diretrizes propostas no Consenso de Washington¹ de corte neoliberal, em 1996 foi aprovado o “Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado” que previa a abertura econômica do mercado, a reforma administrativa e da previdência. Dessa maneira, “o modelo capitalista neoliberal implantado no governo de FHC foi orientado pelo capital financeiro internacional, que conseguiu unificar indústrias, bancos e serviços sob o comando dos grupos financeiros.”(HERMIDA e LIRA, 2018, p. 47).

No primeiro mandato de FHC, o Estado foi reorganizado de acordo com o conceito neoliberal de Estado mínimo e a “cruzada neoliberal foi avassaladora” (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 48). No entanto, no segundo mandato, a continuidade das políticas neoliberais foi restrita em virtude dos desequilíbrios macroeconômicos e do crescente endividamento externo, resultando numa crise social de insatisfação popular e de ramos da burguesia:

“Por um lado, a burguesia nacional (indústria, agronegócio e comércio de exportação) vivia uma relação contraditória, já que, ao tempo que apoiava a política social do neoliberalismo — desregulamentação das leis trabalhistas, mercantilização dos direitos sociais (saúde, educação e segurança), desindexação salarial, dentre outras medidas —, renegava a política econômica neoliberal — que favorecia o grande capital internacional e colocava em xeque as conquistas conseguidas no mercado interno. Por outro lado, o operariado urbano, os servidores públicos federais, camponeses assentados e não assentados, as centrais sindicais, setores da baixa classe média e a grande “massa marginal” composta por desempregados, subempregados, os do trabalho precário e os autônomos, clamavam por mudanças sociais profundas (BOITO JR., 2018 apud HERMIDA e LIRA, 2018, p. 48).”

O governo do PT iniciado pelo mandato de Lula em 2003 promoveu uma estratégia política de aliança entre os segmentos populares, médios e de burguesia brasileiros, ainda que, do ponto de vista da estrutura geral, continuava em conformidade com as diretrizes mundiais neoliberais. Desse modo, o país vivia uma política externa dependente (diante do

¹ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas de conduta neoliberal, formuladas numa reunião em 1989, que pretendia proporcionar estabilidade macroeconômica, controle da inflação e crescimento sustentado nos países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina. Foi elaborado por John Williamson, baseado nas principais autoridades da economia mundial.

imperialismo) e conquistadora (diante das pequenas e médias economias da periferia), em que pôde proporcionar uma política econômica, considerada como neodesenvolvimentista, segundo HERMIDA e LIRA (2018, p. 51-52). Empresas estatais foram fortalecidas, privatizações recusadas e o BNDES tornou-se uma instituição de fomento às grandes empresas de capital predominantemente nacional, ao mesmo tempo que,

“Com ampla maioria no Parlamento, o governo conseguiu implementar políticas públicas de distribuição de renda e atenuação da pobreza (Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, etc.). Os programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e de erradicação da pobreza, associados à política de emprego e de elevação do salário mínimo determinaram significativas mudanças nos costumes, cultura e consumo. Mas também trouxeram melhorias nas condições de vida das classes populares. Para Singer (2012), o governo Lula da Silva procurava compensar as concessões ao capital com iniciativas de redistribuição de renda aos segmentos mais desfavorecidos da população. Tais medidas favoreceram o extremo inferior da frente neodesenvolvimentista, a massa marginal.” (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 52-53)

No entanto, após a crise mundial de 2008, o cenário econômico tornou-se desfavorável. Há a desvalorização das commodities, o interesse da grande burguesia para a cooptação do Estado para investimentos privados e o descontentamento da classe média e de alto poder aquisitivo com as ações de inclusão social e “redistribuição” implementadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Ademais, os gastos com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (que favoreceram a especulação imobiliária) e o aumento do desemprego e endividamento da massa mais pobre da população, geraram um clima de inconformismo geral. Neste quadro, em 2016, houve um golpe, caracterizado como jurídico-midiático-parlamentar, que depôs do poder a presidente eleita por voto popular. Segundo Hermida e Lira (2018, p. 57), com Michel Temer (2016-2018) “iniciou-se um processo de reversão neocolonial que levou ao paroxismo a superexploração do trabalho, as oportunidades de acumulação, o processo de desconstrução de históricas conquistas sociais e a ampliação da privatização do Estado”.

Neste contexto, aprofunda-se radicalmente o compromisso com o capital financeiro especulativo, com a concretização das principais diretrizes da ideologia neoliberal. Em 15 de dezembro de 2016, é aprovada a Emenda Constitucional nº 95 que estabeleceu o congelamento de qualquer percentual de gasto público acima da inflação pelos próximos vinte anos, com base nas estimativas do INPC calculados pelo IBGE, contados a partir da sua aprovação (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 57). Tal feito garantiu que reajustes salariais, criação de cargos e admissão de servidores públicos fossem proibidas caso a alteração fosse desrespeitada. Em 13 de julho de 2017, houve a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº

13.467), que flexibilizou as relações de trabalho, estabelecendo regimes de trabalho intermitentes, descumprindo a obrigatoriedade do salário mínimo e carga horária pré-estabelecida. Além disso, foram incentivadas mudanças no marco energético, com a privatização de refinarias e poços petrolíferos adquiridos principalmente por empresas multinacionais estrangeiras. Dessa forma, “o governo Michel Temer radicalizou a execução das políticas neoliberais, retomando a privatização de empresas e serviços estatais, provocando um amplo quadro recessivo na economia nacional e retirando direitos históricos da classe trabalhadora” (HERMIDA e LIRA, 2018, p. 61).

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), novas políticas neoliberais foram colocadas em prática, especialmente no decorrer da pandemia de Covid-19: congelamento das verbas de educação e saúde, cortes nas políticas de habitação, teto aos gastos sociais, reforma trabalhista e da previdência (CARLOS, 2022, p. 20). A demora para a liberação do Auxílio Emergencial, pretendido pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e Bolsonaro no valor de R\$250 mensais ao invés de R\$600, como foi aprovado pelo Congresso, a elevação dos preços dos alimentos e o aumento da inflação foram ações que afetaram progressivamente a população de baixa renda. Segundo a FGV Social, a partir dos dados da PNAD do IBGE, em 2021, 10,8% da população (23 milhões de brasileiros) encontravam-se abaixo da linha da pobreza, enquanto 5,9% (12,5 milhões) apareciam em situação de extrema pobreza. Nesse cenário político, de um regime autoritário e anticonstitucional como foi o do então presidente, a crise sanitária, econômica e social foi vivida no cotidiano e no plano de lugar, num processo de justaposição das escaras espaciais, isto é, do território nacional e da cidade. Dessa maneira, a crise foi também urbana, revelando-se como representativa das novas determinações do Estado, que aumentaram o drama social vivido nas cidades e na metrópole nacional.

Na atuação do governo de Temer e Bolsonaro, as perdas sociais e políticas fortalecidas pela gestão social da pobreza, inclusão precária dos pobres, remoção de afrontes e anulação de sujeitos políticos e classes sociais, foram consolidadas na vida cotidiana de São Paulo. Além do governo federal, a dupla Doria/Covas (2017-2021, sendo que o vice Ricardo Nunes continuou seguindo a mesma linha política no mandato de 2021-2024) apresentou-se tão ultraliberal quanto os presidentes, fomentando a desigualdade e segregação socioespacial (PRIETO e LACZYNSKI, 2022, p. 4).

No plano do espaço, o regime neoliberal também foi posto em prática a partir da venda, concessão e doação de fragmentos do espaço na metrópole. Para Carlos (2015), tal venda da cidade e inclusão precária via mercado, adotada como política neoliberal de gestão

empresarial do Estado, garantiu interesses privados específicos (lucros empresariais) a despeito do uso da máquina estatal e do espaço público.

Por causa disto, para Prieto e Laczynski (2022), desde 2017, São Paulo está sob a égide do ultraneoliberalismo urbano

“que opera estimulando a valorização do espaço em prol do setor privado (e por meio do Estado) e negligencia deliberadamente o detalhamento técnico e organizacional da venda da cidade. O Estado-empresa da suposta eficiência e transparência oculta a contabilidade social da venda da cidade substituindo-a pela parafernália do espetáculo: propaganda, imagens-fetiche, campanhas publicitárias e vídeos institucionais.” (p. 9).

Para os autores, no espaço urbano da capital paulistana se realiza o impacto e a reprodução do neoliberalismo. Nela, a lógica operante está fundamentada na hegemonia do capitalismo financeiro, agravando a militarização e o estado de emergência permanente de insegurança (PRIETO e LACZYNSKI, 2022, p. 4).

1.2 São Paulo: produção e valorização do espaço urbano

A metrópole de São Paulo, produzida numa relação entre o centro-periferias, teve sua formação socioespacial no seio do capitalismo tardio através de relações capitalistas e não-capitalistas entre uma elite agrária, uma burguesia industrial, trabalhadores pobres e ex-escravizados. O espaço urbano produzido em São Paulo pode ser, em parte, compreendido a partir do processo de Implosão - Explosão, esquematizado por LeFebvre (à princípio para a cidade de Paris), que tomou algumas particularidades na capital paulistana: no primeiro ato, há uma ação de urbanismo do Estado, de melhoramentos, modernização e valorização do espaço para a vinda de uma elite agrária e uma expulsão concomitante dos trabalhadores pobres e ex-escravizados, moradores de habitações coletivas e precárias (cortiços). Tal período, que incorporou infraestruturas urbanas para a cidade (centro antigo), iniciou-se no último quartel do século XIX e decorreu até às primeiras décadas do século XX, e foi simultâneo em seu momento final ao segundo ato (do fim do séc. XIX à década de 30), mais caracterizado pelo urbanismo de mercado, onde vilas operárias foram construídas nos subúrbios (nem cidade nem campo) para a habitação do trabalhador. Nesta condição, a elite ganhava ao alugar as casas para classe trabalhadora (capital rentista). No terceiro ato, a partir dos anos 1940, há a formação das periferias com o urbanismo de Estado e de mercado. A partir do crescimento brutal da industrialização, uma massiva migração nacional é direcionada a São Paulo, momento em que se faz necessário a expansão da cidade e do espaço útil. Loteamentos distantes da cidade foram abertos e vendidos à classe trabalhadora a preços baixos em virtude da precariedade ou nenhuma infraestrutura do local e coube ao próprio trabalhador construir a sua casa e pressionar o poder público para providenciar as infraestruturas necessárias (iluminação, pavimentação, transporte público coletivo...). Neste contexto, há um duplo ganho da elite (salários baixos e venda de lotes) e o início das periferias em São Paulo, segregadas socialmente (trabalhadores pobres, em grande quantidade negros) e espacialmente (longe da cidade /onde atualmente é o centro antigo).

Segundo Kowarick (1979), o processo de urbanização desigual foi pautado pela espoliação urbana do trabalhador paulistano, isto é, na exploração do cidadão que precisou autoconstruir sua casa e seu bairro nos finais de semana ao mesmo tempo que enfrentava deslocamentos desgastantes, dificuldade de acesso aos serviços públicos e longas jornadas de trabalho por um salário baixo (apud FERRARA et al., 2019). Nesse momento, a periferia foi estruturada de maneira adensada, de casas baixas, porém, parte da população que não conseguiu ter acesso a essa forma de moradia, construiu as primeiras favelas, próximas à cidade, na década de 1940. A partir dos anos 70, há uma nova recriação periférica, ainda mais

distante do centro da cidade, de produção de conjuntos habitacionais pelo Estado, proporcionando uma diferenciação ainda maior entre as periferias e os habitantes (moradores de favela, aqueles que pagam aluguel, que tem casa própria, trabalhadores formais e informais...).

Além da ação do Estado, a pressão da atividade de mercado aumentou em São Paulo a partir de 70. O setor da construção civil e a atividade imobiliária apresentaram um crescimento expressivo no centro expandido e nas últimas décadas avançaram para áreas da periferia consolidada da cidade. A metrópole experimentou uma enorme valorização urbana e consequentemente, imobiliária, acarretando no aumento do preço dos aluguéis, porém esse processo também influenciou a reprodução das ocupações precárias e de prédios abandonados no centro, revelando como este contexto combina situações de produção imobiliária e maior precariedade de moradia (FERRARA et al., 2019, p. 3).

Nos anos 90, houve um novo processo de produção do espaço em São Paulo, este em função do crescimento do setor terciário avançado e do mercado financeiro. Para acolher melhor tais setores, que engendrariam um círculo virtuoso de desenvolvimento, uma adequação dos espaços metropolitanos foi planejada, onde o segmento imobiliário surge como um nicho ainda mais poderoso de negócios, promovendo a reconstrução de um estoque já construído numa parte da cidade. A partir daí, há um aumento no volume e velocidade da produção imobiliária na metrópole, agora vinculada ao capital financeiro, e o aprofundamento do processo de segregação urbana. As periferias se alargam e o trabalhador explorado, sem condições de comprar uma moradia ou pagar aluguel, tem seu acesso a habitação, novamente, precarizado ao máximo ou negado.

A questão da propriedade privada está no cerne da reprodução do espaço urbano. O espaço como lugar de realização da vida entra em conflito com aquele produzido como signo de troca, que é vendido no mercado, reproduzido como mercadoria e realizado como propriedade. Nesse sentido, as formas de apropriação do espaço estão sempre associadas às formas de propriedade privada do solo urbano, que apontam repetidamente uma desigualdade socioespacial (CARLOS, 2015, p.).

Numa contradição do modo capitalista de produção, as condições de acesso ao capital-trabalho definem os modos de morar ao mesmo tempo que o acesso à propriedade privada e sua concentração definirão o lugar de cada um no processo produtivo. Isto é, a moradia (item mais caro do custo de vida familiar) está “ligada à terra e, portanto, sujeita às condicionantes da localização, aos investimentos públicos e privados realizados no entorno.” (FERRARA et al., 2019, p. 3). Sobre os modos de morar, Carlos afirma:

“Essa determinação espacial tem como primeira forma a moradia. Desse acesso inicial do indivíduo ao habitar (condição de sua reprodução) como ponto de fixação no espaço articulam-se, constroem-se e hierarquizam-se outros lugares capazes de responder a satisfação das necessidades imperativas da realização do sujeito através das ações que sustentam e permitem a vida.” (CARLOS, 2022, p. 30).

Tal condição vem acompanhada da possibilidade de acesso individual à propriedade, que delimita o lugar de cada um no espaço urbano, e de qual maneira o sujeito poderá estar inserido no processo produtivo e distributivo dos bens do capital. Dessa maneira, o trabalhador explorado (com baixos salários, jornadas exaustivas) sem acesso à moradia digna habita lugares precarizados da cidade (periferias distantes, favelas, vielas, cortiços, ruas) e por causa disso, torna-se inapto a alcançar melhores oportunidades trabalho, que lhe trariam melhores condições de vida (e de habitar).

Assim, há um confronto entre as necessidades da vida cotidiana e de sua manutenção e as estratégias da acumulação enquanto processo de valorização do capital, que garante aqueles no ponto mais alto da hierarquia social o “poder de extrair renda a partir da apropriação privada da produção social do espaço urbano [derivada] de uma construção coletiva” (FERRARA et al., 2019, p. 5)

Os conflitos entre a apropriação privada e pública do espaço urbano e a contradição entre centro - periferia implicam acessos diferenciados aos serviços públicos da cidade. Em São Paulo, o problema da moradia é resultado de um contexto complexo de contradições, nele incluso também aquelas produzidas pela valorização e revalorização do urbano. Conforme formulado por Pereira (2016), para além da exploração do trabalho, a espoliação financeira e imobiliária fomentaram a crise urbana atual:

“na urbanização contemporânea os diferentes processos de espoliação exacerbam a capitalização da renda da terra (espoliação urbana) e exorbitam os preços dos imóveis (espoliação imobiliária), que só se realizam por que a imposição do financiamento cria as condições para sua realização (espoliação financeira)” (PEREIRA, 2016, p. 127).

Os mais variados processos de valorização urbana, dentre os investimentos estatais e empresariais privados, produziram uma valorização imobiliária na metrópole paulistana desde a última década do século XX, com raros períodos de estabilização. O setor de construção civil direcionou investimentos numerosos para condomínios fechados para a classe média e condomínios luxuosos para os mais ricos ao mesmo tempo que o Governo Federal promoveu também investimentos maciços nas obras de infraestrutura do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida. Ambas aplicações contribuíram para o aumento descolado dos preços dos imóveis urbanos:

"De acordo com dados da Fipezap, a partir de 2008, ocorre uma valorização do preço dos imóveis na cidade de São Paulo – que supera em muito os índices inflacionários, como o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Entre 2008 e 2018, há uma variação de 231% dos preços dos imóveis, enquanto, no mesmo período, o IGP-M varia 74,3%. Mais do que apenas o locus dos negócios, a cidade tornou-se um "negócio em si", e a moradia é capturada como uma das principais e mais rentáveis mercadorias para investidores ávidos por rentabilidade e baixos riscos."(FERRARA et al., 2019, p. 6)

Dessa maneira, essas novas instrumentalizações (infraestruturas, condomínios...) do urbano fomentaram preços imobiliários exorbitantes, mas também, numa relação contraditória, aumentaram o número de imóveis desocupados e o número de moradores em condição de rua (PEREIRA, 2016, p. 131).

Mais recentemente, a partir de 2019, São Paulo experimentou um novo boom imobiliário, esse de apartamentos pequenos e microapartamentos. Segundo Beatriz Rufino (2022), há um movimento pró-verticalização na metrópole, que argumenta a favor da construção de uma cidade menos horizontal (menos periférica), porém que é pensado para pessoas de alta renda, que conseguem acompanhar a especulação imobiliária e contrária à demanda real da população paulistana. Para a arquiteta da USP, o caráter dessa produção imobiliária é de reforço de ganho para os investidores, num total desalinhamento com o momento de empobrecimento da população e aumento das pessoas em situação de rua em São Paulo.

A história recente revela também como o processo de especulação imobiliária foi determinante na organização espacial e social da cidade. Reservas de território, isto é, de localização privilegiada, de áreas à espera de uma revitalização promovida pelo Estado, de moradias à espera de uma valorização no preço do imóvel ou no aluguel são comuns em São Paulo. O centro de São Paulo passou por um processo de abandono e desinteresse, viabilizado pelo mercado imobiliário e pelo poder público, resultando numa região de grande quantidade de infraestruturas, porém com baixa população residente, ainda que seja um lócus de passagem e de emprego para uma enorme quantidade da classe trabalhadora da metrópole (REINA e COMARÚ, 2015, p. 6). A partir disso, depois de anos de esquecimento no mercado imobiliário, nos últimos anos a região vem recebendo mais investimentos:

"No centro de São Paulo, por exemplo, são lançados apartamentos compactos "studios ou lofts", para utilizar nomenclaturas do mercado, cujo valor por metro quadrado chega a 18 mil reais ou mais. Certamente isso eleva os preços de aluguel dos imóveis da região e, consequentemente, impacta as condições de sobrevivência do trabalhador "não proprietário" de baixa renda que necessita pagar aluguel tanto na região central, quanto em bairros intermediários ou periféricos. Além disso, recentemente outros fenômenos urbanos, como a difusão dos aluguéis na plataforma Airbnb, tem contribuído para impactar ainda mais os preços dos imóveis e aluguéis em distritos consolidados da metrópole (Zillig, 2019)." (FERRARA et al., 2019, p. 6)

Em relação aos investimentos públicos, o Estado tem uma relação complexa com o espaço, pois tem o poder político de intervir nos lugares da metrópole, conforme permite e coordena mediações através de revitalizações/revalorizações. Dessa maneira, o Estado normatiza o uso do espaço, produzindo planos diretores, hierarquizando os investimentos na cidade e coordenando as intervenções em espaços específicos (CARLOS, 2007, p. 87). Em São Paulo, as operações urbanas² ganharam destaque na região central, contemplando a área do Centro Velho e Centro Novo e parte de bairros históricos como Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia. Projetos como “Nova Luz” e a revitalização do Vale do Anhangabaú foram bastante criticados pelo caráter “higienista”, de limpeza da população residente, enquanto modificaram particularidades dessas áreas para sua transformação em lugares bem vistos para empreendimentos e negócios. Sobre a revitalização em áreas centrais das metrópoles, antes esquecidas pelo poder público, Carlos (2007) afirma:

“A revitalização, por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza.

O combate ao degradado no centro das metrópoles – pelos processos de revitalização – ao revalorizar os lugares dentro da metrópole “revitalizam a propriedade” com a erradicação da pobreza e do pobre, que é expulso para outras áreas – o que gera o fenômeno da explosão da cidade - com estratégias dissimuladoras.” (CARLOS, 2007, p. 89)

Sobre essa lógica revitalizadora de racionalidade homogeneizante imposta pela sociedade de consumo, o Estado aprofunda desigualdades ao criar valorização diferenciada em lugares da metrópole, que interferem no mercado do solo urbano (CARLOS, 2007, p. 100). No processo de valorização, o setor imobiliário apropria-se de seus ganhos (como fez no Centro de São Paulo), à medida que no momento da desvalorização, esta é socializada, servindo como referencial de degradação da vida e dos espaços, que ficam para as classes de baixa renda.

Segundo Harvey (2009), com a crescente crise de capital de excedente e a viabilidade de absorção da produção urbana, assim como os espaços urbanos tornaram- se mercadorias, a própria cidade passou também a ser vendida no mercado, numa disputa internacional para concorrência de investimentos privados. Um bom clima de negócios do Estado com o empresariado e bancos investidores fomentou-se como o principal objetivo no sistema de

² “A operação urbana é um mecanismo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, através da qual os interessados podem aumentar a área construída de seu imóvel, a ocupação de seu terreno, implantar usos e atividades não previstos pelo zoneamento, anexar área remanescente de desapropriação e até obter a cessão do espaço público aéreo ou subterrâneo, no perímetro definido” (cf. Operação Urbana Faria Lima - Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento, 1995)

governança neoliberal, ainda que as decisões tomadas fossem desfavoráveis ao bem estar da população. Assim, os interesses financeiros passaram a ser extremamente ligados ao setor imobiliário e as necessidades da vida cotidiana, como a moradia, foram deixadas de lado para que o processo de acumulação seguisse seu curso.

1.3 A impossibilidade da moradia em São Paulo

A habitação é uma condição da reprodução do trabalhador, porém o habitar revela usos do espaço para além da moradia. O habitante reproduz-se no plano do vivido, construindo relações sociais e dando significados aos objetos nos usos da casa, do bairro, da rua e da cidade, que ultrapassam o simples consumo produtivo dos lugares da metrópole (CARLOS, 2007, p. 88).

No entanto, no mundo moderno, a existência da propriedade privada do solo urbano diferencia o acesso do cidadão à moradia, especialmente, no contexto atual do modo de produção capitalista. O cidadão é reduzido a condição de usuário e o habitar ao de morar (*strict sensu*), revelando um processo em que o valor de troca sobrepõe o valor de uso:

“Do ponto de vista do indivíduo, este processo, não raro, é destituído de sentido, pois os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do “progresso” imposto pelas necessidades do crescimento econômico que tem no espaço urbano, condição essencial de realização). É assim que a atividade humana do habitar, do estar com o outro, do reconhecer-se neste lugar e não naquele, vai se reduzindo a uma finalidade utilitária. Trata-se do momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria.”(CARLOS, 2007, p. 95)

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a produção do espaço urbano como mercadoria, a habitação torna-se também uma mercadoria que deve gerar lucro para quem tem a propriedade privada e para quem proporciona a construção da moradia. Por causa disso, a moradia urbana é o item mais caro do custo de vida familiar e está condicionada à localização, às infraestruturas da vizinhança, aos investimentos públicos e privados realizados na cidade e principalmente no entorno.

A habitação para as classes mais pobres no Brasil sempre foi um problema de primeira ordem. Na década de 60, o Estado, através do BNH e do SFH, iniciou uma política para promover a construção e aquisição de casa própria para classe de menor renda com a construção de COHABs. Em um primeiro momento, há o financiamento em massa para o mercado popular, porém a partir de 70, há a perda do poder de compra do salário mínimo e o aumento da inadimplência, assim, os financiamentos passam a ser cada vez mais para famílias de classe média, concomitante ao crescimento de favelas e loteamentos clandestinos nas periferias, alternativas que a população pobre encontrou no período (MOTTA, 2011, p. 5).

Nos anos 80, o governo federal lançou o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, dedicado a financiar habitações para famílias com renda menor que três

salários mínimos, no entanto, o programa não alcançou suas metas. Na década de 90, as políticas para habitação não tiveram grande efetividade, num período em que as ações governamentais estavam em forte consonância com a agenda internacional. No governo do Lula, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, orientado para a construção de 1 milhão de moradias, enquanto geraria postos de emprego no setor da construção civil. Contudo, como ocorreu nos outros programas federais de produção habitacional, a iniciativa privada cooptou mais de 90% do subsídio público, num repasse do Estado, responsável pelas moradias, para as empresas privadas, do protagonismo na produção das habitações a serem financiadas (MOTTA, 2011, p. 5).

Em retrospecto, o Estado brasileiro deixou a iniciativa privada cuidar da produção de habitações populares no curso das políticas habitacionais do país. Todavia, como todo setor produtivo, o objetivo principal é o lucro e não dar moradia àqueles que necessitam. Em função da propriedade privada, as empresas são detentoras da habitação até realização de sua compra ou através da realização de seu aluguel, no entanto, ambos os seus custos são altos e nem toda classe trabalhadora é capaz de se reproduzir ao mesmo tempo que possui tais gastos. Em função disso, Barbosa afirma: “a principal questão que inviabiliza a garantia de habitação social em áreas dotadas de infraestrutura é a do acesso à terra.” (BARBOSA, 2014 apud FERRARA et al., 2019, p. 8)

A luta pela moradia no Brasil está sustentada em reivindicações que extrapolam o valor da moradia apenas como valor de troca e coordenam um uso do espaço social e coletivo. A luta ocorre de diversas formas: pelo debate para a construção de habitações populares, pela regularização fundiária de áreas de favela ou loteamentos “informais”, pela expansão das linhas de crédito, pela ocupação de prédios abandonados e pela resistência contra remoções (de favelas, loteamento clandestinos, ocupações).

Em São Paulo, desde 2015, com o agravamento da crise política, social e econômica no país, a crise habitacional tornou-se um problema ainda maior. Milhares de pessoas foram despejadas, reintegradas e removidas de suas casas em virtude da incapacidade de pagarem aluguel, da promoção de obras de desenvolvimento urbano onde residiam ou de processos de reintegração de posse a favor dos proprietários, que continuam, em numerosos casos, a deixar os imóveis em situação de abandono e sem manutenção, cumprindo uma função especulativa (FERRARA et al., 2019, p. 7).

Tal situação intensificou-se ainda mais durante a pandemia, momento em que houve o aumento do número de despejos por todo o Brasil, especialmente daqueles que compraram imóveis e não conseguiram pagar as prestações do financiamento e daqueles que moravam de

aluguel (CARLOS, 2022, p. 31). Ao mesmo tempo, ampliou o número de imóveis abandonados (sem cumprimento da função social) “ocupados” por parte da população, que declaram a violência de sua condição social: “se paga aluguel não consegue comer ou, se come, não consegue pagar o aluguel” (FERRARA et al., 2019, p. 7).

A população em situação de rua em São Paulo revela-se no contingente de habitantes que não tem seu acesso à moradia garantido na metrópole, em função das contradições do processo de acumulação e apropriação privada e de produção socializada e habitações para reprodução da vida, realizando-se na impossibilidade da integração, na miséria e negação do trabalho.

Capítulo 2 - A População em situação de rua e a necropolítica

2.1 Necropolítica e o Estado

O conceito de necropolítica formulado por Achille Mbembe foi pretendido num alargamento da noção de biopolítica elaborada por Foucault no final da década de 1970, como ferramenta para pensar o poder e a subjetividade na sociedade da época. Para Foucault (apud LIMA, 2018), a biopolítica é o poder disciplinar sobre a vida e a gestão da população, onde interessa fatores como a organização, a governamentalidade, o controle da circulação, da densidade, da quantidade e reprodução das populações. Nesse processo, os objetivos foram a disciplinização dos corpos, sua docilidade e a produção de um "assujeitamento", que devia atingir a realidade concreta dos indivíduos (próprio corpo) e a vida cotidiana (corpo social).

Um dos desdobramentos do neoliberalismo foi o aprofundamento da biopolítica e, consequentemente, da necropolítica, intensificado a partir da introdução pelo sujeito neoliberal de uma lógica de poder (do mercado e da concorrência), que capturou os modos de vida no mundo contemporâneo (SAFATLE, 2020). O mercado tornou-se soberano, aquele que rege as vidas, e o Estado, preocupado em controlar a população, isto é, com a biopolítica, incorporou tendências do capital em seu exercício (FOUCAULT apud SAFATLE, 2020). Manifestou-se, então, um Estado que prioriza a lógica do mercado e da empresa e promove a eliminação de direitos políticos, econômicos e sociais em virtude dos interesses privados. Neste contexto, a necropolítica apresenta-se como a decisão sobre a morte do outro e a principal forma de ação do Estado em relação às classes mais baixas nas sociedades de países colonizados e inseridos no capitalismo tardio (a partir da escravidão e sistema de plantation), promovendo uma divisão entre os protegidos do Estado e aqueles que o Estado será predador (vidas vivíveis e vidas matáveis).

Para Mbembe (2018), a necropolítica é a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (p.10), com decisão sobre a morte e extermínio. A dinâmica colonial e a escravidão fundaram uma distinção ontológica entre pessoas (portadoras de direitos, como o de proteção oferecida pelo Estado) e coisas (objetos, sem narrativas, números). Até hoje, tal distinção explícita promove “aqueles submetidos à espoliação econômica máxima e as condições mais degradadas de trabalho e remuneração [paralisação] em sua força de revolta pela generalização do medo diante do extermínio do Estado” (SAFATLE, 2020).

A necropolítica concretiza-se em países em que os discursos e as realizações materiais sobre o matável (quem pode e quem deve morrer) sobressaem àquelas de quem deve viver, onde a violência assumiu como protocolo de controle e disseminação do terror, desde os tempos da escravidão. Para Safatle (2020), pelas características da formação social-econômica brasileira, o Brasil é o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna, que se constituiu de forma diaspórica, assimétrica, opressora, violenta, genocida e racista.

O fator racial é o principal motor da necropolítica (MBEMBE, 2017, P. 65): o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e da formação dos sujeitos. Como forma de racionalidade, é constituinte das ações conscientes e inconscientes, sendo assim, afeta os diversos campos da vida cotidiana (política, economia, subjetividade) constrangendo os indivíduos nas suas relações (ALMEIDA, 2016). A desigualdade socioracial que marcou a vida nas colônias produziu uma sociedade de sujeitos que não se respeitam mutuamente, que elegeram um grupo como “inimigo interno” (povos indígenas e principalmente negros ex-escravizados), que tem um acesso distinto aos direitos comuns e a aparelhagem estatal. Dessa maneira, o Estado, operando a favor das classes dominantes, infere um tratamento desigual para com partes da população, produzindo um racismo próprio: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (Foucault, 2005, p. 73 apud LIMA, 2018).

A sociedade naturaliza a violência contra pessoas negras e no contexto brasileiro, o poder da necropolítica pode ser percebido pela segregação socioespacial nas cidades do país, pela morte sistematizada de jovens negros nas periferias e favelas, no encarceramento em massa de pessoas negras, nas filas das defensorias públicas, nas emergências de hospitais públicos e no perfil da população em situação de rua. De acordo com o Observatório Nacional de Direitos Humanos, a partir dos dados CadÚnico, em 2023 no Brasil, 68% da população em situação de rua era negra. Segundo o Atlas da Violência, em 2021, a população negra representava 77,1% dos homicídios em todo o país, totalizando 36.922 vítimas e do número total de homicídios naquele ano, 50,6% foram de jovens entre 15 e 29 anos (variáveis que se sobrepõem em certo nível).

Tais condições também se expressam na metrópole paulistana, que se formou a partir da concentração de capitais industriais ao longo do século XX, num processo em que a inserção de grande parte dos trabalhadores migrantes ao crescimento econômico deu-se de forma precária, com baixíssimos salários e poucos investimentos públicos na salvaguarda de

direitos fundamentais. De acordo com os dados do Mapa da Desigualdade de 2023, é na periferia paulistana que está a maior parte da população preta e parda do município, onde a porcentagem de população negra ultrapassa 50% do total em variados distritos, chegando a 60,1% no distrito do Jardim Ângela (maior valor), enquanto a média para a capital é de 37,1%. O coeficiente de mortalidade para jovens de 15 a 29 anos por homicídio também é maior nas periferias, especialmente nos distritos do extremo norte e leste. Já a idade média ao morrer diminui drasticamente na periferia, em Anhanguera (extremo norte) é 59 anos, Marsilac (extremo sul) 61, São Rafael (extremo leste) 62, enquanto nos distritos do sudoeste paulistano, esse número chega a 82 anos (Itaim Bibi e Jardim Paulista). Esses dados revelam como é na plano do vivido, isto é, na prática socioespacial, que tal segregação racial aparece. Na cidade de São Paulo, a propagação do racismo e da violência contra pessoas negras é direta, mas também indireta na maneira como a metrópole é reproduzida.

2.2 População em Situação de rua em São Paulo e a necrodemografia

No contexto atual de crise na reprodução capitalista, o Estado agrega também uma necrodemografia, um saber-poder próprio da necropolítica, como possibilidade de contorno aos conflitos de dimensão populacional (superpopulação relativa). Nela, há a lógica do sacrifício necessário de vidas para a salvação do capital, do descarte humano de grupos sociais empobrecidos (trabalhadores pobres, negros), que podem e devem morrer mais do que outros para a progressão do funcionamento do sistema (Volochko, 2022, p.109-113).

Com o agravamento das contradições do capitalismo a partir da pandemia de Covid-19, as políticas neoliberais estabelecidas a priori (reforma trabalhista, da previdência, administrativa, a diminuição das políticas sociais, dos programas de transferência de renda) tiveram suas consequências intensificadas e seus efeitos mortais fortalecidos. O Estado, que exerce uma gestão sobre a população e tem no estudo demográfico uma “técnica para o exercício institucional e normativo do biopoder” (Volochko, 2022, p.111), promove uma demografia a favor da lógica do capital. O Estado brasileiro, governado pelas elites financeiras desde o Golpe de 2016, articulou uma necrodemografia:

“a demografia da morte a orientar as políticas de nosso Estado atualmente... para que o capital saia vivo da enorme crise provocada pela paralisação de diversos setores produtivos e pela elevação incontornável de investimentos públicos (a exemplo do auxílio emergencial) durante a pandemia.” (Volochko, 2022, p.109).

A necrodemografia brasileira é própria de um necroestado e vai além das filas dos hospitais, da venda de ossos para o consumo, da busca de comidas em caminhões de lixo, dos despejos em massa e do aumento disparado da população em situação de rua em todo país e na metrópole paulistana, representativos da morte e miséria implicadas pelas políticas deliberadas no curso da pandemia, características de uma mortalidade dirigida. A falta de instrumentos médicos necessários e a falta da vacina também foram produtos de uma necrodemografia em que a mortalidade social é generalizada (Volochko, 2022, p. 114)

Assim, a necropolítica, como ação do Estado neoliberal brasileiro, afeta a toda população, no entanto, aqueles que já estão à margem da sociedade e da produção capitalista, são os mais afetados pelas políticas com caráter necrodemográfico. Na sociedade contemporânea capitalista e racializada, em que a dimensão de classe está sempre associada à dimensão de raça, é na população trabalhadora pobre, especialmente a negra, que tem uma inserção ainda mais precária na cadeia produtiva, que recai as consequências mais dramáticas.

O aumento da população em situação de rua em São Paulo durante a pandemia é resultado de uma série complexa de contradições do capitalismo, ancoradas na fragmentação do espaço urbano e das políticas neoliberais do governo do Estado e da cidade. A necropolítica é expressa não só pela morte direta mas também pela eliminação de direitos políticos, econômicos e sociais que disseminam a devastação e miséria: a falta de acesso à moradia; a serviços básicos, como o sistema de saúde; a comida, trabalho formal, falta de segurança e exposição profunda a criminalidade são faces que a necrodemografia assume no cotidiano da população de rua da metrópole.

De acordo com o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, a população em situação de rua é definida como

“Grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Parágrafo único do Art. 1º)”.

No município de São Paulo, a contagem da população em situação de rua é realizada de maneira oficial desde o ano 2000 (em séries não sequenciais) e desde então constata-se o aumento em termos absolutos e percentuais dessa população. Segundo o Censo de População de Rua de 2021, o número total foi de 31.884 moradores, apresentando um aumento de 30,97% em relação a 2019, que apurou 24.344 de pessoas na rua. Em relação ao crescimento populacional da cidade que está próximo de 1% ao ano desde 2000, a taxa de crescimento da população em situação de rua registrou baixa apenas entre os anos de 2009 e 2011 e desde 2015 vem crescendo em números exponenciais: primeiro de 11,2% ao ano até 2019 e após isso de 14,4% ao ano.

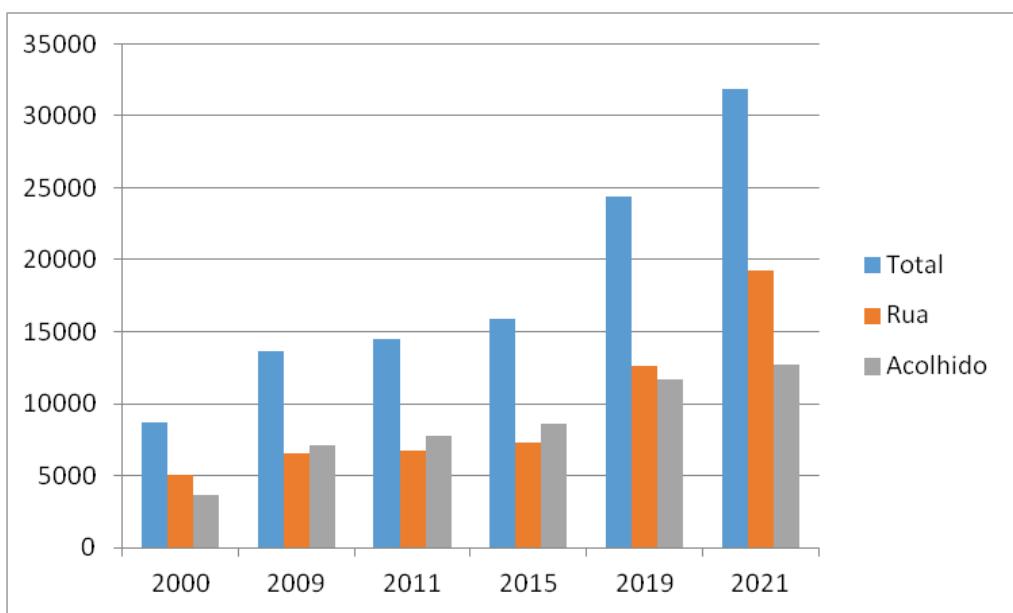
Figura 1. Gráfico de Evolução da População em Situação de Rua



Fonte: produção autoral com dados do Censo de População de Rua de São Paulo

O aumento da população em situação de rua em São Paulo em 2021 foi maior no segmento de pessoas vivendo nas ruas do que aquelas que vivem em serviços de acolhimento institucional. Tal fator pode ser explicado pela falta de vagas para todos nos serviços de acolhida e albergue, pela precariedade e má manutenção da infraestrutura, que são criticadas pela insegurança, vazamentos e sujeira, que promovem a proliferação de animais e doenças contagiosas, além do crescimento do números de famílias que se encontram em situação de rua e não podem ficar nesses locais, pois teriam que ficar separadas. Em 2021, 60,2% das pessoas recenseadas estavam nas ruas, enquanto 39,8% afirmavam estar em situação de acolhida.

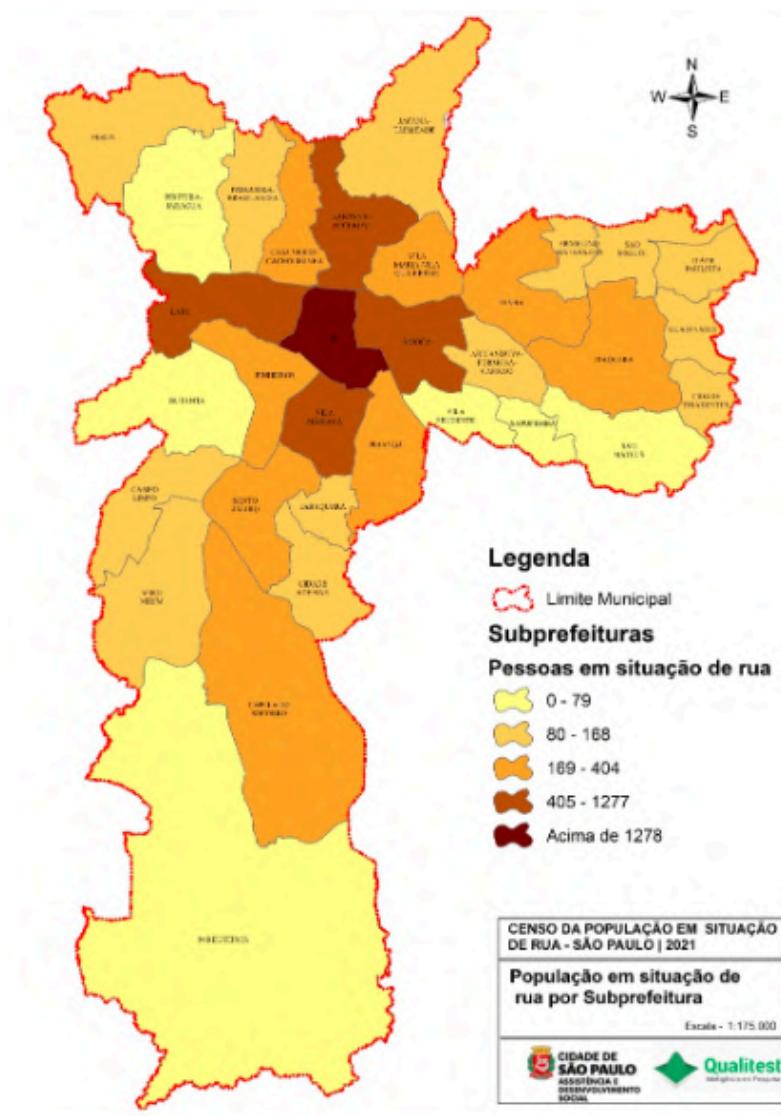
Figura 2. Gráfico da divisão entre a População na rua e a População em Acolhimento



Fonte: produção autoral com dados do Censo de População de Rua de São Paulo

O recenseamento verificou que o crescimento da população em situação de rua foi sentido em todas as áreas da cidade. As subprefeituras que tiveram o maior aumento em números absolutos de pessoas em 2021 em relação a 2019 foram: Sé (1.803), Mooca (1.032), Vila Maria/Vila Guilherme (909), Vila Mariana (451), Ipiranga (351), Santo Amaro (351) e Itaquera (271). Todavia, a região central continua sendo a de maior destaque na concentração de população em situação de rua, correspondendo a 49,2% do total frente a 50,8% que está espalhado pelo restante da cidade.

Figura 3. Mapa de calor de concentração da População em situação de rua por Subprefeitura



Fonte: Censo de População em situação de Rua 2021

Os dados do Censo de 2021 também mostraram que 83,4% da população de rua é do sexo masculino enquanto 16,6% eram do sexo feminino, valores semelhantes as contagens anteriores. Em relação à idade, 49,4% das pessoas em situação de rua estão entre 31 e 49 anos, seguido por 18,5% entre 18 e 30 anos, 17% entre 50 e 59 e 12% de população idosa. Para o critério de tempo de permanência nas ruas, 27,9% das pessoas estão em situação de rua há até 2 anos, 28,7% há mais de 2 anos e menos de 5 e 25,9% mais de 5 e menos de 10.

Em relação a cor e raça da população em situação de rua, 70,8% é considerada negra, sendo 47,1% de pardos e 23,7% de pretos. A população branca equivale a 25,8%. Em

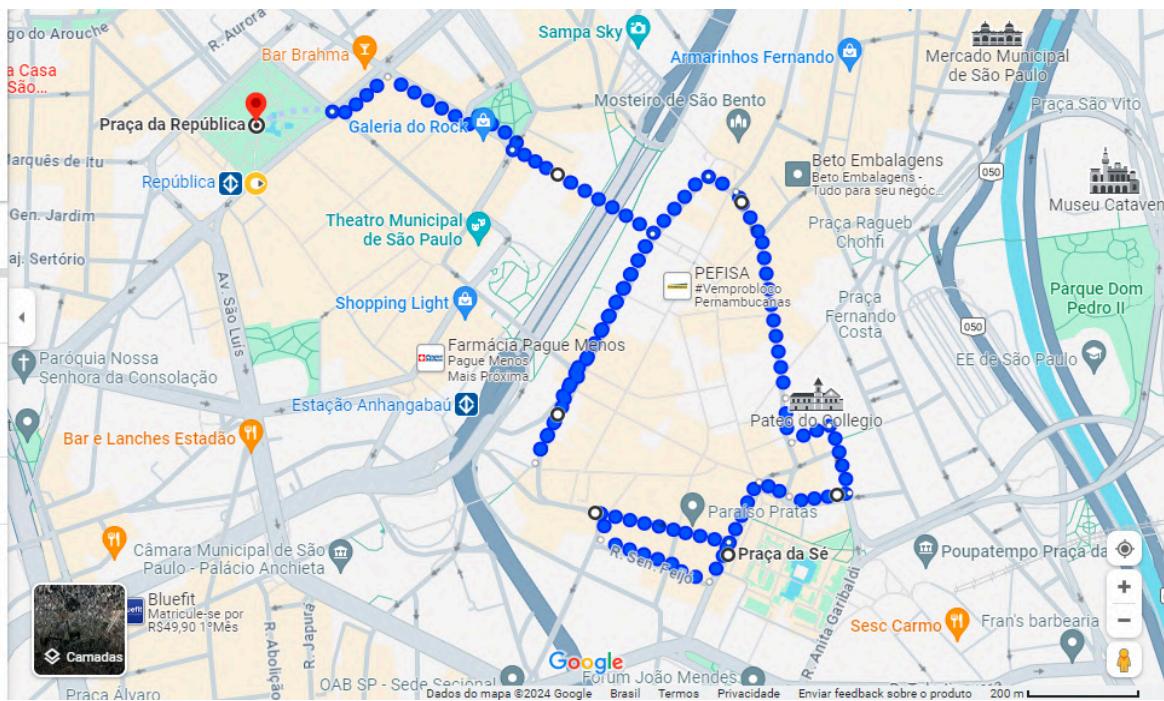
comparação a 2019, a parte da população de rua declarada branca cresceu 15%, enquanto a parda aumentou 20,9% e a preta 28,3%.

Embora a metodologia e, consequentemente, os resultados, desenvolvidos pelo Censo sejam os oficiais, há uma extensa divergência em relação aos números para a Prefeitura de São Paulo e as organizações de pesquisa e movimentos sociais que trabalham com essa população. Para o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (Polos-UFMG), a população de rua em São Paulo chegou a ter seu maior número em 2020 com 48.134, partindo de 44.372 em 2019, e regressando em 2021 para 37.200. De acordo com o Observatório Nacional de Direitos Humanos, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, em 2023, São Paulo apresentava uma população em situação de rua cadastrada no CadÚnico de 54.812, sendo este o número público mais atual.

As metodologias utilizadas pelo Censo de População em Situação de Rua de São Paulo variaram conforme as edições, o que dificulta uma comparação mais fiel dos resultados encontrados. Além disso, em muitas das variáveis investigadas, há um grande número de justificativas com “Não respondeu” ou “Não soube”, impossibilitando uma análise confiável dos valores.

Em busca de uma observação mais próxima da realidade da população em situação de rua em São Paulo, dois trabalhos de campo foram realizados em dezembro de 2023 e janeiro de 2024 nas localidades que tiveram os maiores aumentos em números absolutos de pessoas na rua: as subprefeituras da Sé e da Mooca, respectivamente. Em 19 de dezembro, um campo ocorreu na região central de São Paulo: iniciado na Praça da Sé, fomos em direção ao Largo São Francisco, seguindo para a São Bento, atravessamos o Vale do Anhangabaú, continuando pelo Largo Paysandu até a finalização na Praça da República. Tal percurso foi definido baseado nos lugares que conhecemos a priori que possuem maior concentração de pessoas em situação de rua.

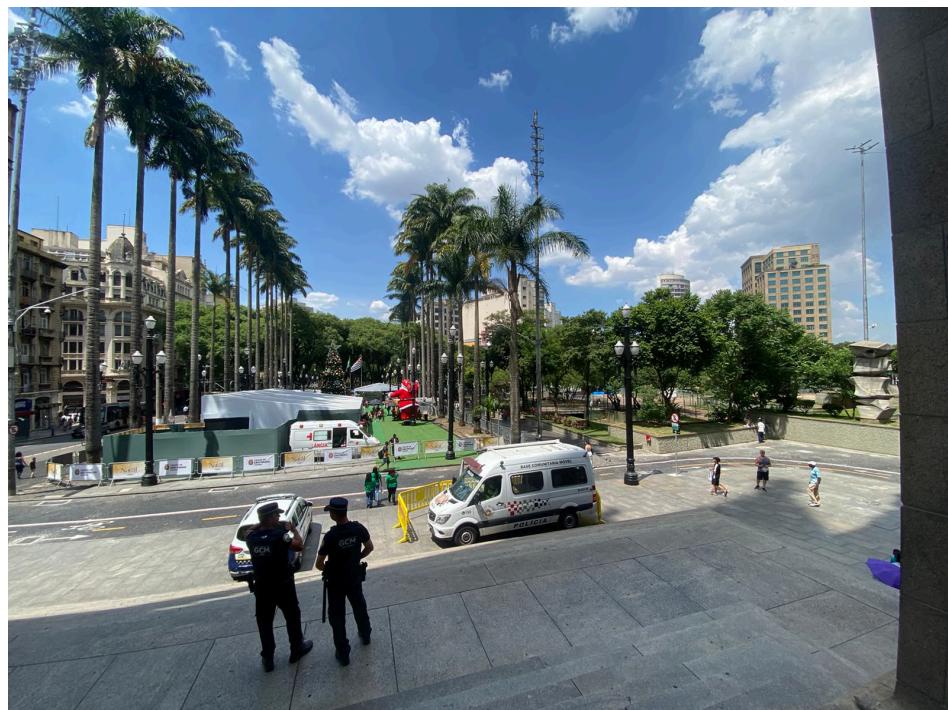
Figura 4. Esquema do Trajeto percorrido no campo da região central de São Paulo



Fonte: produção autoral com Google Maps

O campo foi realizado num dia de semana pela tarde entre às 14h e 18h, alguns dias antes do Natal, e em função do período de festas, havia uma vila temática na Praça da Sé, ocupando quase $\frac{2}{3}$ da mesma, amontoando a maior parte de pessoas em situação de rua que ali estavam numa só porção da praça. No entanto, talvez em virtude do momento (à tarde muitas pessoas que vivem nas ruas trabalham recolhendo material de reciclagem) e do evento organizado no principal ponto de encontro de parte da população que vive nas ruas do centro, um número menor do que o esperado de pessoas em situação de rua foi observado ali. Ainda assim, havia um grupo grande de homens, sozinhos ou em grupos, em sua maioria negros, reunidos na praça. Um grupo de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade também estava lá, assim como algumas famílias (apenas duas foram vistas na Sé).

Figura 5. Praça da Sé a partir da escadaria da Catedral da Sé



Fonte: autoria própria em 19 de dezembro de 2023

Com o decorrer do percurso, mais famílias foram avistadas, no Largo São Francisco e na Praça da República, porém menos do que o esperado para a região, considerando os números encontrados no Censo. De toda maneira, o número de senhores em situação de rua (população idosa), em sua maioria sozinhos, foi elevado, espalhados pela região central: na praça da Sé, na Rua Benjamin Constant, nas ruas do centro histórico/ Av. São João, Av São Bento e na Praça da República.

É importante destacar que a todo momento o policiamento na área era enorme. Viaturas, bases móveis e principalmente policiais a pé circulavam pela região e a cada esquina era possível encontrar um grupo, que pouco interagia com os pedestres ou com a população em situação de rua, mas estavam presentes como um braço do Estado. Na conclusão do campo, ao final da tarde, de volta a Praça da Sé, foi observado maior movimentação e maior concentração de população em situação de rua.

O segundo campo realizado ocorreu em 25 de janeiro de 2024 na região da Mooca, onde observamos a entrega do Café da Manhã dos Pobres com o Padre Júlio Lancellotti³, enquanto realizamos algumas perguntas para as pessoas em situação de rua. Desde de 1986, o

³ Padre Júlio Lancellotti é um sacerdote católico barsileiro que realiza trabalho com a população em situação de rua em São Paulo há mais de 40 anos. Ficou nacionalmente conhecido por defender os direitos das minorias, da população LGBTQIA+, dos pobres e da população de rua. É alvo de discursos de ódio de simpatizantes e políticos da extrema direita.

Padre Júlio promove trabalhos sociais para a população pobre e de rua e na pandemia ganhou destaque nas redes sociais por desenvolver um trabalho de auxílio bem próximo as pessoas, sendo um senhor de 70 anos considerado do grupo de risco. Durante este período, observando cada vez mais o aumento de pessoas em situação vulnerável na região da Mooca, onde é pároco da igreja de São Miguel Arcanjo, o Padre transferiu para o “Centro Comunitário Santa Dulce dos Pobres”, a 5 quadras da paróquia, o tradicional café da manhã, onde já chegou a servir 700 refeições num só dia.

Figura 6. Caminhada até a Casa dos Pobres para entrega do Café da Manhã para a população



Fonte: autoria própria em 25 de janeiro de 2024

No dia da visita a campo, a manhã estava nublada, fria e garoava, talvez por causa disso, menos pessoas apareceram para retirada do café da manhã, segundo voluntários que acompanham o Padre já há algum tempo. Ainda assim, observamos a fila aumentar e esvaziar em turnos, primeira pela retirada da refeição daqueles que já estavam mais próximos, seguido por aqueles que estavam mais longes ou ouviram pelo boca a boca que a entrega já havia

começado. A maioria das pessoas que foram em busca da refeição eram homens, predominantemente negros, jovens e adultos de meia idade, porém observamos a presença de famílias com crianças em barracas na Praça Barão de Tietê e ocupando imóveis precarizados na própria rua Sapucaia.

Conseguimos conversar com alguns homens em situação de rua, porém não foi fácil, muitos recusaram a entrevista por estarem sem tempo ou responderam brevemente e foram embora. Dos 5 entrevistados, apenas um estava na rua há mais de 2 anos, Marcos (nome fictício), 26 anos, que mora sozinho nas ruas há 8 anos, trabalha na reciclagem e apontou como a união das pessoas em situação de rua é extremamente importante para a sobrevivência dos mesmos. Pedro, homem branco, nas ruas há 1 ano apenas, morava em Cotia, onde trabalhava e recebia um salário tão baixo que afirmou que era difícil pagar as contas e comer. Depois que perdeu o emprego, teve muitos conflitos familiares e encontrou-se em situação de rua, primeiro sobrevivendo na Barra Funda, depois na Mooca. Lá ele afirmou que recebe mais doações e consegue sobreviver mesmo sem dinheiro, no entanto, a frustração de não estar em uma casa com a família é grande e para ele, é o que mais afeta a saúde mental das pessoas em condições similares à dele. Bruno, homem negro, há 2 anos nas ruas, apontou que os preconceitos da sociedade com a população em situação de rua é cruel e que há falta de assistência e auxílio do Estado com eles. Caio, 36 anos, há 5 meses na rua, é sergipano e trabalhava na colheita de maçã em Santo André, SP, onde morava de aluguel. Quando acabou o período de colheita, ia voltar para a casa dos pais na Bahia, quando um primo ofereceu um emprego em São Paulo, porém o serviço não foi para frente e encontrou-se na rua, realizando bicos. Recentemente, quebrou a costela, porém continua a trabalhar na informalidade para tentar juntar dinheiro e ir embora para casa.

Em ambos os campos, pudemos observar a situação de vulnerabilidade a que está submetida a população de rua em São Paulo. Alguns sobrevivem em pontos específicos, com montagem de barracas, cabanas e lonas que aparecem como uma forma de proteção para si mesmos e de assegurar seus pertences, no entanto, existem aqueles que vivem numa situação de eternos nômades, andando sempre com os poucos pertences que possuem, encontrando abrigo debaixo de pontes, em bancos de praça e outros lugares da cidade. É na doação de ONGs, atividades pastorais e iniciativas individuais que a maior parte das pessoas nas ruas têm acesso a roupas, materiais de higiene e alimentação, que garantem sua sobrevivência. Como apontado por alguns e observado no campo, a união entre as pessoas se faz clara, pela constituição de redes de apoio, ajuda mútua e compartilhamentos de experiências da rua. No

entanto, a sobrevivência na rua revela-se como um processo de extrema violência, vivido na expropriação total do trabalho e da moradia, na miséria do existir no espaço urbano.

Figura 7. Entrega do Café da Manhã dos pobres na Mooca



Fonte: autoria própria em 25 de janeiro de 2024

Figura 8. Entrega do Café da Manhã dos pobres na Mooca (2)



Fonte: autoria própria em 25 de janeiro de 2024

Considerações Finais

Neste trabalho, partiu-se da ideia de que há um nexo entre as políticas de espaço e a necropolítica em São Paulo como articuladoras de um processo neoliberal de gestão governamental da cidade que resultou num aumento da população em situação de rua. Tal pesquisa, de caráter multidisciplinar e complexo, inesgotável nesse primeiro momento, deve ser continuada para a conclusão de análises mais profundas das relações entre a produção do espaço urbano e o crescimento da população de rua.

De toda maneira, a partir da revisão bibliográfica e das investigações realizadas neste trabalho, podemos concluir que a necropolítica do Estado neoliberal produziu constrangimentos em toda a classe trabalhadora, porém no Brasil, ela infringiu ainda mais os pobres, marginalizados pela sociedade. Na pandemia de Covid-19, um grande contingente de pessoas foram jogadas no desemprego e o trabalho informal, característico e necessário da economia urbana em São Paulo, foi afetado profundamente pelas medidas de prevenção da doença. Milhares de cidadãos perderam sua forma de sustento e na impossibilidade de sobrevivência pagando aluguel, contas e comida, encontraram-se em situação de rua, ocupando imóveis abandonados, dormindo nos serviços de acolhimento ou nas próprias ruas da cidade.

O espaço urbano em São Paulo é produzido, primeiramente, para gerar lucro em detrimento de abrigar as pessoas, por isso a situação habitacional na metrópole hoje é tão crítica. O bom clima de negócio para atração de investimentos, apropriados por apenas uma pequena parte da população, é preferível em favor do bem-estar de toda sociedade. O novo boom imobiliário, a função especulativa de imóveis abandonados ou de prédios super modernos e studios na região central e do centro expandido, a valorização de periferias já consolidadas e expulsão de famílias de baixa renda para localidades ainda mais distantes são reflexos de uma combinação desigual de apropriação das infraestruturas do espaço público produzido coletivamente.

A questão da propriedade privada é central no conflito da reprodução urbana, pois repetidamente aponta uma desigualdade socioespacial. A possibilidade de acesso individual à propriedade delimita o lugar de cada um no espaço urbano e nas oportunidades de melhor alcance no processo produtivo. Como exposto por Barbosa (2014), a principal razão que impede a garantia à habitação em áreas com infraestruturas é a do acesso à terra, sendo assim, perpassa pela demanda de moradia própria, mas vai além dessa configuração.

Em conclusão, o acesso precário ou a falta de acesso à moradia configura-se também como uma das faces da necropolítica. A desigualdade racial, as condições degradadas de trabalho e remuneração, a perspectiva de morte no horizonte próximo são constituintes da necrodemografia que afeta a população em situação de rua em São Paulo. O total desprezo do Estado, a priori, com a população pobre, seguido pela efetiva orientação de políticas de morte para a salvação do capital, revelam um sacrifício planejado de vidas para o contorno da crise. A sobrevivência nas ruas da capital paulistana demonstra mais que apenas a falta de uma moradia, mas também a falta de um endereço para o atendimento em postos de saúde, para o acesso a trabalho formais, preconceito da sociedade geral e ação direta do Estado pela atividade da polícia. É no urbano que encontra-se o caminho para a superação das crises e do problema do capital excedente, às custas daqueles que mais sofrem com a violência e desigualdade do modo de produção capitalista.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** TV Boitempo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo e a crise econômica.** TV Boitempo, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iJDIjVTIn8s&t=429s>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BELLA, Gabi Di. **Voluntários buscam amenizar a dura realidade dos moradores de rua de São Paulo.** National Geographic, 6 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/03/moradores-de-rua-de-sao-paulo-d-esemprego-padre-julio-lancellotti>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pessoas em situação de rua ObservaDH - Observatório Nacional dos Direitos Humanos.** Brasília. 2023. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2817f482ab550dd024019f6f5/page/Pessoas-em-situ%C3%A7%C3%A3o-de-rua/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Ministro reúne-se com Padre Júlio Lancellotti para troca de experiências sobre o atendimento de pessoas em situação de rua.** Assessoria de Comunicação MDS. Brasília, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministro-reune-se-com-padre-julio-lancellotti-para-troca-de-experiencias-sobre-o-atendimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua#>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CARLOS, Ana Fani. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo, FFLCH, 2007. P. 87-101.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. Crise urbana.** Tradução . São Paulo: Contexto, 2015. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARLOS, Ana Fani. **A crise urbana, a pandemia e a dialética urgência-utopia.** In: Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/893 . Acesso em 20 julho 2023.

CARLOS, Ana Fani A.; RIZEK, Cibele Saliba. **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade.** Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/893 . Acesso em 20 julho 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A.; COMARÚ, F. DE A.. **Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo**. Cadernos Metrópole, v. 21, n. 46, p. 807–830, set. 2019. Acesso em: 31 jan. 2024.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, No 26, pp. 09 - 17, 2009. Acesso em: 20 jul. 2023

HERMIDA, J.F., & LIRA, J.D. (2018). **Estado e Neoliberalismo no Brasil (1995-2018)**. CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63 set./dez. 2018. Acesso em: 31 jan. 2024.

JORNAL DA USP. **Novo boom imobiliário na cidade de São Paulo apaga uma camada histórica importante**. Texto de Ana Paula Medeiros. Publicado em 01 de Agosto de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/actualidades/novo-boom-imobiliario-na-cidade-de-sao-paulo-apaga-uma-camada-historica-importante/>. Acesso em 22 julho 2023.

KUPFER, José Paulo. **Legado de Bolsonaro inclui recordes de pobreza, desigualdade e fome**. Poder 360, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/legado-de-bolsonaro-inclui-recordes-de-pobreza-desigualdade-e-fome-jose-paulo-kupfer/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Consenso de Washington**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-consenso-de-washington>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda. Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos**. Tradução . São Paulo: FAUUSP, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20170206051316/ReconfiguracaoDasCidadesContemporaneas.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PRIETO, Gustavo. **A espacialidade da violência.** In: Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/893. Acesso em 20 julho 2023.

PRIETO, G. F. T.; LACZYNSKI, P. **São Paulo à venda: ultra-neoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020).** Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 2, p. 243-261, ago. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168529>.doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168529>. Acesso em: 25 jan. 2024

REINA, M. L.; COMARÚ, F. DE A.. **Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca.** Cadernos Metrópole, v. 17, n. 34, p. 419–440, nov. 2015. Acesso em: 31 jan 2024.

SAAD FILHO, A. **Neoliberalismo: Uma análise marxista.** Marx e o Marxismo - Revista do NIEP- Marx, v.3, n.4, jan/jun 2015. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **Para além da necropolítica: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2020 Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/para-alem-da-necropolitica/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro; TERRERI, Guilherme Lima P. **Biopolítica e o fim do controle dos corpos (2022).** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sUI6XQlb9dk>. Acesso em 20 julho. 2023.

SÃO PAULO. **População em situação de rua, São Paulo, Censo 2021.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassitencial/pesquisas/index.php?p=18626. Acesso em 21 julho. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO (SMUL). **Operação Urbana Centro.** Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturação-territorial/operações-urbanas/operação-urbana-centro/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, M. G. D.; MACHADO RODRIGUES, T. C. **O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro.** Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p86. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>. Acesso em: 31 jan. 2024.

UFMG, Observatório brasileiro de Políticas Públicas com a População em situação de Rua. **São Paulo Série Histórica 2012-2021, Perfil da População em Situação de Rua.** Ministério da Cidadania. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/repositorio_dados_tabelas.html#tabelas_perfis. Acesso em 21 julho. 2023.

VOLOCHKO, Danilo. **A Necrodemografia neoliberal no Brasil Contemporâneo.** In: Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/893 . Acesso em 20 julho 2023.